UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA BACHARELADO

VICTÓRIA KELLY DE SOUSA MORAES

**ESTRUTURA AGRÁRIA NO MARANHÃO: análise da influência no perfil
agropecuário do estado**

SÃO LUÍS

2023

VICTÓRIA KELLY DE SOUSA MORAES

**ESTRUTURA AGRÁRIA NO MARANHÃO: análise da influência no perfil
agropecuário do estado**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

SÃO LUÍS

2023

Moraes, Victória Kelly de Sousa.

Estrutura agrária no Maranhão: análise da influência no perfil agropecuário do estado / Victória Kelly de Sousa Moraes. – São Luís, 2023.
35 f

Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

1. Questão agrária. 2. Rural. 3. Urbano. I. Título.

CDU: 332.2.021.8(812.1)

VICTÓRIA KELLY DE SOUSA MORAES

**ESTRUTURA AGRÁRIA NO MARANHÃO: análise da influência no perfil
agropecuário do estado**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Aprovada em: 18/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati - **Orientadora**
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA

Prof. Me. Stalys Ferreira Rocha
Doutorando em Desenvolvimento Rural - UFRGS

Prof. Me. Uelson Serra Garcia
Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Unioeste

*Dedico este trabalho à toda a minha família
por acreditarem em mim e me apoiarem
durante esta jornada.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus, pelo dom da vida, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Santíssima Virgem Maria, por todas as bênçãos e cuidados.

Aos meus pais Cláudia e Robson, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todos os meus familiares, avós, tios, primos, madrinha, pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

A todos os professores, especialmente as minhas orientadoras durante na graduação, a Profa Dra Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati e a Profa Dra Ariadne Enes Rocha, obrigada por exigirem mais do que eu acreditava que seria capaz de realizar. Declaro aqui minha eterna gratidão pelo compartilhamento de conhecimentos e de tempo.

A Hívine Soares, por todo apoio e companheirismo dentro e fora da Universidade ao longo desses 5 anos. Obrigada por todo o amor e por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse.

A todas as amigas que construí ao longo da graduação, Gabriel Garcês, Gabriel Dias, Cintya Santos, Karolainy Moraes, Cinthya Vasconcelos, Jossanya Castro, Edésio Cunha, Victor Pinheiro, Gabriel Feitosa, Bárbara Moraes, Antônio Jacinto, pela valiosa contribuição durante toda a jornada.

E ao Grupo de Estudos em Economia Rural, pelo apoio e dedicação na construção deste trabalho, em especial a Liz Vitória e Emily Gabriele.

*“Quando tudo parece estar indo contra você,
lembre-se que o avião decola contra o vento,
não a favor dele.”*

Henry Ford

RESUMO

A estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão distribuídas e organizadas em uma determinada região. No Brasil, a estrutura fundiária é marcada por um processo histórico desde a colonização que culminou numa má distribuição de terra. Este trabalho teve por objetivo analisar a dinâmica da estrutura fundiária e verificar o efeito dela no setor rural (agropecuário) e urbano dos municípios maranhenses. O estudo foi realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas e considerou o período de análise de 1980 e 2017, período em que há disponibilidade do Censo Agropecuário. A pesquisa é do tipo explicativa. Se fez uso da taxa de crescimento anual e da análise fatorial que é uma técnica multivariada usada quando analisamos muitas variáveis para analisar um fenômeno. O Censo de 2017 mostrou que no Maranhão houve a redução no número de estabelecimentos agropecuários e que aumentou o número de estabelecimentos de tamanho de 10.000 a mais hectares e reduziu em mais de 70% os estabelecimentos de menos de 10 hectares, afetando consideravelmente a agricultura familiar do Estado. Este fato é muito grave para um Estado pobre como o Maranhão, o qual a base da agricultura é familiar, sem assistência técnica, analfabeta e sem capacitação para outro trabalho. Assim, a estrutura fundiária não é um problema do campo, mas um problema de Estado, pois afeta as condições das áreas rurais e das áreas urbanas à medida que os conflitos agrários e a expulsão do homem do campo para a cidade encontram nas periferias das cidades a pobreza já estabelecida, a falta de emprego, a violência e a falta de infraestrutura de moradia.

Palavras-chave: Questão Agrária. Rural. Urbano.

ABSTRACT

The land structure is the way rural properties are distributed and organized in a given region. In Brazil, the land structure is marked by a historical process since colonization that culminated in a poor land distribution. This work aimed to analyze the dynamics of the land structure and verify its effect on the rural (agricultural) and urban sector of the municipalities of Maranhão. The study was carried out using secondary data collected from bibliographic research and documentary research in public archives and statistical sources and considered the analysis period of 1980 and 2017, a period in which the Agricultural Census is available. The research is of the explanatory type. It was made use of the annual growth rate and factor analysis which is a multivariate technique used when we analyze many variables to analyze a phenomenon. The 2017 Census showed that in Maranhão there was a reduction in the number of agricultural establishments and that the number of establishments of size of 10,000 more hectares and reduced by more than 70% the establishments of less than 10 hectares, considerably affecting the family agriculture of the State. This fact is very serious for a poor state such as Maranhão, which the basis of agriculture is familiar, without technical assistance, illiterate and without training for another work. Thus, the land structure is not a problem of the countryside, but a problem of state, because it affects the conditions of rural areas and urban areas as agrarian conflicts and the expulsion of man from the countryside to the city find in the peripheries of cities poverty already established, lack of employment, violence and lack of housing infrastructure.

Keywords: Agrarian Question. Rural. Urban.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Testes para análises dos fatores	24
Tabela 2	Grupo de área total dos estabelecimentos do estado do Maranhão – Censo 1980, 1985, 1995/96 e 2017	25
Tabela 3	Número de estabelecimentos e área total dos estabelecimentos agrícolas no Maranhão - Censo 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017	25
Tabela 4	Tabela representante dos autovalores, variâncias e acúmulos dos fatores	29
Tabela 5	Variáveis com seus respectivos fatores e suas comunalidades	29

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMBRAPA-CNPSO	Centro Nacional de Pesquisa de Soja
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEM	Produção Pecuária Municipal
PRNA	Plano Nacional de Reforma Agrária
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	14
2.1	Objetivo Geral	14
2.2	Objetivo Específico	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	Questão Agrária no Brasil	15
3.2	Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Rural	18
3.3	3.3 Estrutura Agrária do Maranhão	19
4	MATERIAL E MÉTODOS	22
4.1	Coleta de dados, dimensões e variáveis	22
4.2	Método de análise	23
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A Questão Agrária tem sido tema de diversas discussões no meio acadêmico e entre diferentes instituições afins que se preocupam com as questões relacionadas com a justiça social e a distribuição da terra, como também com a situação dos trabalhadores rurais e dos camponeses, os quais convivem com as consequências de uma questão ainda não resolvida em várias partes do mundo (SOARES; ROCHA, 2012). No Brasil, a "questão agrária" teve sua construção teórica e política no pensamento econômico posterior à Revolução de 1930, sistematizada posteriormente, nos anos 1960, com a necessidade da Reforma Agrária, focada sobre um debate político, cuja contribuição que a envolveu três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL (DELGADO, 2001).

A estrutura fundiária brasileira comporta, portanto, dois elementos fundamentais: as pequenas propriedades com o maior índice de uso agrícola do solo, mas cobrindo uma pequena porcentagem da área total já apropriada; os grandes latifúndios, com baixíssimos índices de aproveitamento do solo e cobrindo grandes extensões do total das terras apropriadas (PEREIRA, 1994). A convivência desses dois polos tem como resultado: o desemprego, a expulsão dos pequenos proprietários, a elevação do preço da terra, o conflito, muitas vezes armado, com um saldo cada vez maior de mortes e feridos (PEREIRA, 1994).

A estrutura agrária maranhense é marcada pelo grande latifúndio desde o período colonial, quando a concessão de terras constituía uma tradicional prática da Coroa Portuguesa: a distribuição de sesmarias; além disso, a ação de posseiros também teve grande participação nessa primeira onda de ocupação da terra (CHAMBOULEYRON, 2010; AZEVEDO, 2003). A formação do espaço maranhense está diretamente atrelada a ciclos econômicos fortemente fincados no setor primário e relacionados ao uso da terra. Ao longo dos anos, esses ciclos subsidiaram a emergência de modelos de crescimento baseados principalmente na exploração e na pilhagem de recursos naturais, além de outros fatores, como concentração fundiária e conflitos territoriais de diversas ordens (OLIVEIRA, 2019). Nesse contexto, o trabalho se propõe a analisar a estrutura fundiária do Maranhão e verificar seus efeitos no setor rural e urbano no Estado.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a dinâmica da estrutura fundiária e verificar o efeito dela no setor rural (agropecuário) e urbano dos municípios maranhenses.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever a dinâmica da estrutura fundiária do Maranhão no período de 1980 a 2017;
- b) Caracterizar o perfil agropecuário dos municípios a partir da situação fundiária;
- c) Analisar as possíveis mudanças na estrutura fundiária e seu reflexo no setor urbano a partir das dimensões demográficas, social e econômica do município.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Questão Agrária do Brasil

A questão agrária é inerente à história do Brasil desde o início do século XVI com a implantação de bases de exploração colonial no território recém-descoberto, modo de apropriação e de exploração econômica de terras no país, do período colonial aos dias atuais, coaduna realidades não dissociadas (SOUZA, 2015). A implementação do sistema das sesmarias acabou por atrair portugueses menos afortunados com a esperança de conseguirem também uma área de terras da colônia. Contudo, isso não ocorreu, e estes indivíduos acabavam por ocupar sobras de sesmarias não aproveitadas ou até mesmo invadindo áreas, resultando em pequenas posses (MARQUES, 2016).

A problemática da propriedade e da posse da terra, com características de uma questão nacional surgiu, de fato, na metade do século XIX, com a perturbação da classe dos fazendeiros com a iminência da abolição da escravatura e a necessidade de trazer mão de obra imigrante para realização do trabalho agrícola (SAMPAIO, 2010). Em meio as discussões sobre a disposição das terras, principalmente no meio rural, as ligas camponesas foram criadas. Essas associações de trabalhadores surgiram na década de 40 no Brasil, constituíram organizações de camponeses num movimento social brasileiro, que lutavam em prol da reforma agrária e melhoria das condições de vida no campo (GASPAR, 2005). Em 1850 foi criada a Lei de Terras no Brasil, foi resultado da pressão dos ingleses para a abolição da escravidão brasileira e substituição desta pelo trabalho assalariado (ROCHA, CABRAL, 2016).

A Lei de Terras tinha como principal objetivo instituir no Brasil o direito à propriedade privada de terras, o qual seria uma garantia universal, ou seja, qualquer cidadão poderia adquirir uma propriedade, desde que este possuísse recursos suficientes para pagar o valor do bem à Coroa (STEDILE, 2011). Desse modo, com a Lei de Terras passava do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (MIRALHA, 2012).

O Brasil durante séculos foi um país agrário, todavia, “o campo brasileiro moderno repele os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos” (SANTOS, 2009). Para Oliveira (2001), o desenvolvimento do modo de produção

capitalista no Brasil ocorre principalmente através da fusão, em uma mesma pessoa, o capitalista e o proprietário de terra.

A Lei nº 4.504 promulgada em 30 de novembro de 1964, intitulada Estatuto da Terra, substituiu a tradicional concepção jurídica da propriedade, proveniente da Lei de Terras, de 1850, que trata a terra como uma simples mercadoria, pela inserção do princípio da “função social da propriedade” (DELGADO, 2010). Esse estatuto envolveu uma concepção diferente em relação à questão da terra no país. Nele, há a concepção da terra a partir da sua função social em detrimento da função meramente mercadológica (SOUZA, 2015).

Com a industrialização do Brasil, a partir dos anos de 1950, o espaço rural começou a receber inovações tecnológicas provenientes da indústria, estimulado pelo governo federal através de financiamentos subsidiados do Banco do Brasil para os grandes proprietários. Essa ação do governo teve o objetivo de erradicar os velhos cafezais substituí-los por outras culturas com utilização de tecnologias fabricadas pelas indústrias, como o trator e máquinas modernas (MIRALHA, 2012). A partir da década de 1960 os termos latifúndio e minifúndio atingiram uma maior politização, “adquirindo o estatuto de categorias legais, com critérios precisos de definição quanto à dimensão de área, modalidades e graus de utilização da terra, natureza das relações de trabalho e outros” (MENDONÇA; STEDILE, 2006).

Após 1964 ocorre uma reorganização da produção agropecuária, foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade, dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado; essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras (SORJ, 1989). Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária, e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de escandalosos subsídios (MIRALHA, 2012).

Em 1970, em meio ao regime militar, houve a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com a função de realizar a reforma agrária nos termos do Estatuto da Terra. Até então os procedimentos da agropecuária brasileira somente acertou para os fins a que se visou: maior soma de lucros no menor prazo possível e com o mínimo de despesa inicial. Sob esse ponto de vista - do negócio - a questão da terra alcança o objetivo para o qual foi planejada. Já, sob o ponto de vista da valorização humana, a política desenvolvida foi responsável pelo baixo nível de vida da população rural naquele momento (SOUZA, 2015).

Apenas com a redemocratização em 1985 foi definido o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi fortemente combatido pelos ruralistas, que criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para se opor a nova configuração do campo que era proposta, e por esse motivo o I PRNA, não teve aplicação efetiva (SABOURIN, 2008). Apesar do intenso debate em favor da reforma agrária, além do PNRA e da Nova Constituição, o governo Sarney não cumpriu as metas estabelecidas. Os acordos com os latifundiários inviabilizaram as metas estabelecidas pelo governo, tornando a reforma agrária secundária para o governo (MATTEI, 2012).

O II PNRA foi apresentado em novembro de 2003, e tinha como finalidade, além de garantir o acesso à terra, implementar ações que conduzissem as famílias a geração de renda, e também, dar acesso a essas famílias a direitos fundamentais como: saúde, educação, saneamento, energia elétrica. Com ele se pretendia mudar a estrutura agrária brasileira através da democratização da terra, desconcentrando a estrutura fundiária. (BRASIL, II PNRA, 2003). De acordo com Fernandes (2003), para que a reforma agrária ocorresse de fato o governo deveria ter enfrentado alguns desafios. Dentre os quais, entender a reforma agrária como uma política de desenvolvimento territorial com o objetivo de desconcentração da estrutura fundiária e não como uma política compensatória.

Para Mattei (2017), que faz referência à pesquisa realizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no ano de 2011 sobre novos aspectos e facetas da pobreza, na Região Centro-Oeste do Brasil, a pobreza não é apenas uma questão de renda, uma vez que ela tem sua maior expressão exatamente nas áreas de pecuária extensiva, que são espaços geográficos dominados pelos latifúndios e onde se observam elevados índices de concentração de terra. Na Região Sul, afere-se que o fenômeno da pobreza rural tem maior expressão também nas microrregiões onde predominam os latifúndios. Já os estudos na região amazônica mostraram que os determinantes da pobreza naquela região dizem respeito à falta de dotação de recursos e às relações de trabalho, sobre a dotação de recursos, o principal deles se consubstancia na falta de acesso à terra.

A estrutura agrária brasileira é consequência de um longo processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, objetivando a extração de valor de diferentes maneiras, na forma de acumulação primitiva (ou originária) através de relações não capitalistas de produção; pela produção de mais valor em relações capitalistas clássicas; e também pela apropriação via circulação de produtos produzidos por relações não capitalistas, na qual um dos exemplos é o das relações estabelecidas entre famílias camponesas e os compradores de sua produção (VERGÉS, 2011).

Para Carter (2010), em seu estudo sobre reforma agrária, ressalta que o Brasil é uma das nações com maior desigualdade social do mundo e suas enormes disparidades, em termos de distribuição de riqueza, têm profundas raízes históricas, como no permanente aspecto da injustiça social que se configura na acentuada desigualdade da estrutura fundiária do país. Segundo Martins (1997), a questão agrária surge quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

3.2 Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Rural

A discussão da estrutura fundiária se torna imprescindível na análise da questão agrária brasileira e dos conflitos atuais, e assim, novas possibilidades que fomentem este debate devem ser recebidas com entusiasmo (MELO; BRAZ, 2018). O conhecimento da estrutura fundiária de cada nação é instrumento imprescindível para auxiliar na análise e tomada de decisões a respeito de atividades que contribuam para o desenvolvimento rural, com foco no estabelecimento de políticas públicas relacionadas ao apoio à agricultura familiar e empresarial, bem como à segurança territorial e alimentar (BRASIL, 2020).

Uma estrutura fundiária equilibrada, juntamente com a incorporação do uso sustentável dos recursos florestais ao processo de desenvolvimento regional, são aspectos que poderiam contribuir para a geração de renda e para a incorporação de milhões de cidadãos à economia nacional, de forma não predatória. Desse modo é possível relacionar diversas facetas da produção dos ambientes rurais, seja a agricultura, a pecuária e a produção florestal, aspectos estes que normalmente são tratados em conjunto pelo produtor rural, enquanto responsável pela administração de sua propriedade (RAMOS, 2001).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam (KAGEYAMA, 2006).

Os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: “diversificar e aglutinar”. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirva para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 76)

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. A complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes) (KAGEYAMA, 2006).

3.3 Estrutura Agrária do Maranhão

De 1930 até meados dos anos 80 foi justamente a concentração industrial brasileira na região Sudeste que proporcionou à região Nordeste um dos principais entraves para seu desenvolvimento, gerando, com esse fluxo de capitais para o eixo Rio-São Paulo, grandes desigualdades econômicas e sociais (DINIZ, 2018).

De acordo com Sodré (2017), o Maranhão apresenta um perfil de distribuição de terras concentrado e desigual. Para ele, a organização das terras reflete injustiça social, onde a histórica concentração de capital em poucas mãos, deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades na distribuição de terras. Até os anos de 1940, predominava no Maranhão as terras devolutas, cerca de 90% delas, onde os posseiros, muitos deles vindos de outros Estados do Nordeste, trabalhavam a terra de forma tradicional, tipo “roça no toco”. As primeiras regiões ocupadas foram a Sul e Oeste, depois, já nos anos 1930 e 1950, a ocupação se deu nas regiões de Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré através da pecuária, produção de arroz e por meio do grande incentivo do governo estadual para outras atividades agropecuária, agroindústria, madeireiro e de minérios. A luta pela posse da terra entre pecuaristas e posseiros ganharam

força nas décadas de 1950 e 1960, para o Governo Estadual amenizar esse problema iniciou o processo de colonização.

A lei do estado do Maranhão Nº 2.979 de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, onde facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedade anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares (A QUESTÃO..., 2021, p. 6). A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão (ASSELIN, 1982, p. 149, apud AMARAL NETO, 2019). De acordo com Coggiola (2007), o sistema colonial de distribuição de terras foi o responsável pela formação do latifúndio e não favoreceu a pequena propriedade e sem a pequena propriedade, o latifúndio constituiu a unidade econômica básica da colônia.

A modernização da agricultura brasileira foi baseada inicialmente no modelo americano que visava à elevação da produtividade da mão de obra, tendo a participação decisiva do governo que em meados da década de 60 lançou vários instrumentos de política agrícola, tais como extensão, assistência técnica, criação e fortalecimento da empresa agrícola, mecanização e financiamento rural, dentre outros (SOUZA, KAHN, 2019). A proposta do Governo em desenvolver o Maranhão promovendo a industrialização e a modernização do campo na década de 1960, vem em um momento de decadência da indústria (TRIBUZI, 2011). Nessa década, o dito desenvolvimento foi impulsionado não só pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas, também, pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas agiram basicamente na melhoria da infraestrutura e sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria para beneficiamento do babaçu e arroz, ambas entraram em decadência no início da década de 1970.

No final dos anos de 1970, o Maranhão promove mais duas estratégias para promover o desenvolvimento dos seus municípios, dessa vez na área minero metalúrgica e, novamente, na agropecuária através da cultura da soja e pecuária bovina, dando continuidade ao incentivo à formação de latifúndios e, conseqüentemente, a inúmeros conflitos sociais.

No Maranhão, o agronegócio ganha força a partir da produção de soja no Sul do Estado, na década de 1980, mas também da produção da soja, eucalipto, bambu, dentre outros monocultivos. Todos, tendo como principal interesse o mercado externo. O debate acerca desse tema toma forma principalmente a partir da segunda década 90 quando se consolida a partir da bandeira do desenvolvimento do capitalismo na agricultura no Maranhão, através da produção

de commodities, articulada à implementação de políticas públicas, cujo destaque são os apoios de instituições financeiras, com incentivos e isenções fiscais, assim como iniciativas de infraestrutura que beneficiam, essencialmente, os grandes projetos econômicos. Por outro lado, registra-se as dificuldades para os grupos de camponeses no tocante ao acesso às políticas (DA SILVA, 2016).

A estratégia pioneira foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1980. Para atrair novos empreendimentos, foi lançado o Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (EMBRAPA-CNPSO), com governos estaduais e instituições financeiras, cujo objetivo era proporcionar a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos e agropecuários que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A partir desse momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do governo, a facilidades ao acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento da produção, sendo esta última representada principalmente pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto de Ponta da Madeira, ambos de responsabilidade da Vale (OTTATI, 2013). De acordo com o que conceitua Porto-Gonçalves (2004), o mercado mundializado de commodities, como o mercado de grãos, estabelece à agricultura um alto padrão técnico-científico, de modo que a torna exageradamente dependente do capital.

Diante dessa discussão sobre a ação estatal para promover a industrialização e o desenvolvimento agropecuário do Estado, constatamos mudanças no setor agrícola e aumento da pecuária bovina, assim como, a perda de importância econômica de algumas mesorregiões e crescimento de outras, como por exemplo, a mesorregião Norte e Sul, respectivamente (MARTINS, 2020). Sendo assim, mesmo o Maranhão possuindo uma área de 331.937,450 km², sendo o oitavo estado brasileiro e o segundo do Nordeste em extensão territorial, a cobiça por terras é um dos elementos motivadores da elite maranhense; pois, apesar de possuir grande quantidade de terras agricultáveis, os conflitos fundiários envolvendo camponeses e latifundiários é uma das marcas profundas da sua história (AMARAL NETO, 2021).

4 MATERIAL E MÉTODOS

O Estado do Maranhão está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. Adensidade demográfica do Estado é de 19,81 hab./km² e limita-se com o Oceano Atlântico (ao Norte), o Estado do Piauí (ao Leste), o Estado do Tocantins (ao Sul e Sudoeste) e o Estado do Pará (ao Oeste).

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma nova divisão do território maranhense, na qual os 217 municípios estão distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas, que por sua vez, estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, porém, nem todos os dados disponíveis no Instituto segue essa classificação, por isso, nesta pesquisa iremos utilizar a divisão anterior, onde os municípios estão distribuídos em 5 mesorregiões e 21 microrregiões. As mesorregiões estão assim constituídas: mesorregião Norte Maranhense, formada por 6 microrregiões e 60 municípios; mesorregião Centro Maranhense, formada por 3 microrregiões e 42 municípios; mesorregião Leste Maranhense, formada por 6 microrregiões e 44 municípios; mesorregião Oeste Maranhense, formada por 3 microrregiões e 52 municípios e mesorregião Sul Maranhense, formada por 3 microrregiões e 19 municípios. A população estimada em 2020 era de 7.114.598 pessoas (IBGE, 2021).

4.1 Coleta de dados, dimensões e variáveis

A pesquisa é do tipo explicativa, que, segundo Gil (2008), essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Este estudo foi realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.).

O período da análise foi de 1980 e 2017, período em que há disponibilidade do Censo Agropecuário, os dados foram obtidos junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das publicações do Censo Demográfico, do Censo agropecuário, da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PEM). Também foram feitas buscas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Saúde,

Secretarias de Governo do Maranhão, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Ministério da Economia (Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Comissão Pastoral da Terra e tantos outros lugares que tiveram informações sobre o tema escolhido.

As dimensões e variáveis analisadas foram, a dimensão estrutura fundiária e produtiva com número e tamanho de estabelecimentos, condição do produtor, número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, produtividade do trabalho na agricultura (VBP/pessoal ocupado); renda municipal agrícola per capita (VBP/população total); número de contratos de financiamentos de custeio, investimento e comercialização a produtores e cooperativas agropecuárias; área plantada com cada cultura alimentar/área plantada total; área plantada com cada cultura industrial/área plantada total; Índice de Gini – Terra (índice), razão entre estabelecimentos agrícolas familiares e patronais (razão), número de tratores, implementos e máquinas agrícolas; preparo do solo; uso de calcário ou outros corretivos do pH do solo; uso de adubação e uso de agrotóxico (Censo de 2017).

Dimensão social, saúde e infraestrutura com IFDM saúde, IFDM educação, população atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF), Famílias atendidas por transferência de benefícios sociais (razão entre o nº de famílias atendidas e a população total), incidência de pobreza, abastecimento de água, rede de esgoto e proporção de domicílios com instalação sanitária e número de consumidores de energia elétrica rural.

Dimensão demográfica com taxa de urbanização (razão entre população urbana e população total, em %), densidade demográfica (habitantes por km²), população economicamente ativa, população jovem (15 a 29 anos), população com 60 anos a mais (%).

4.2 Método de análise

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise através dos Programas Excel (Microsoft Office Excel) e SPSS (Statistical Package for Social Sciences). Sendo utilizada a Taxa de Crescimento Anual de algumas variáveis e, como trabalhamos com grande número de variáveis, também utilizamos a Análise Fatorial que é uma técnica multivariada usada quando analisamos muitas variáveis para analisar um fenômeno. Quanto maior o número de variáveis, maior é a tendência de correlação entre elas, assim, a análise fatorial é uma técnica de interdependência e tem por objetivo encontrar uma forma de concentrar a informação contida em variáveis originais em um conjunto menor de variáveis estatísticas fortemente inter-relacionadas, denominadas de fatores (HAIR JR. et al., 2009).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da discussão realizada foram observadas as relações entre os fatores que constituem o conjunto de variáveis. Dessa maneira, cada dimensão estudada tem o intuito de analisar a situação dos municípios do estado do Maranhão, e destacá-los onde estão situadas suas potencialidades e dificuldades. Para a determinação dos fatores relacionados com a caracterização fundiária do Maranhão, utilizou-se do método de componentes principais para verificar as variáveis que mais contribuíram para a formação dos fatores. A matriz M (217 x 25) analisada é formada pelos 217 municípios e 25 variáveis. De início, aplicou-se o teste de Bartlett para examinar se a matriz M constitui uma matriz identidade e, em seguida, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (Measure of Sampling Adequacy - MSA) que indica o grau de explicação dos dados a partir dos fatores encontrados. O teste de Bartlett apresentou o resultado de 2323,209, significativo a 1%, razão para rejeitar a hipótese nula que afirma que a matriz é identidade. Já o KMO com o valor de 0,678, evidenciou que a utilização da análise fatorial é coerente (Tabela 1).

Tabela 1 - Testes para análise dos fatores.

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,678
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	2323,209
	df	105
	Sig.	0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em função dos autovalores superiores a 1, identificou-se 5 fatores que expressaram as características das 25 variáveis originais. Mediante o uso da rotação ortogonal Varimax, fez a redistribuição das cargas fatoriais para os fatores com menores variâncias. Finalizada a rotação, a variância dos fatores apresentou um acumulado de 74,06% (Tabela 2).

Na Tabela 3 encontramos as cargas fatoriais e as comunalidades. Cada variável apresentou comunalidade que manifesta a contribuição de uma variável para a formação de cada fator. Segundo Hair Júnior et al. (2009), foi empregado no modelo de análise apenas as variáveis que apresentaram comunalidade superior a 0,5. Considerou-se para a interpretação das cargas fatoriais os seguintes aspectos: valores mínimos para interpretação entre $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$, cargas de valores significativos acima de $\pm 0,50$, e cargas a partir de $\pm 0,70$ são consideradas bem estruturadas. Observa-se que todas as variáveis apresentam valores acima

de 0,50, portanto, consideradas de valores significativos. Observa-se também que, das 25 variáveis originais foram excluídas 10, restando apenas 15 variáveis para compor os 5 fatores da análise formando uma matriz (217x15).

Tabela 2 - Tabela representante dos autovalores, variâncias e acúmulos dos fatores.

Fatores	Autovalor	Variância do fator (%)	Variância acumulada (%)
Fator 1	4,04	23,67	23,67
Fator 2	3,03	19,55	43,22
Fator 3	1,76	14,29	57,50
Fator 4	1,18	8,77	66,27
Fator 5	1,10	7,79	74,06

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 3 - Variáveis com seus respectivos fatores e suas comunalidades.

Variáveis	Fatores					Comunalidade
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	
Área dos estabelecimentos (ha)	-0,025	0,048	0,127	0,089	-0,819	0,698
Produtor individual	0,039	-0,095	0,789	-0,008	-0,038	0,634
Não usou agrotóxico	0,937	0,05	-0,004	-0,102	-0,072	0,896
Fez adubação	0,18	0,463	0,557	0,251	-0,094	0,628
Não fez adubação	0,978	-0,028	0,029	-0,019	-0,019	0,958
Fez financiamento	0,69	0,038	0,403	0,194	0,128	0,694
Não fez financiamento	0,972	0,036	0,052	0,000	-0,038	0,951
Tratores	0,115	0,134	0,894	-0,089	-0,015	0,838
IFDM Saúde 2016	-0,143	0,191	0,125	0,670	0,324	0,626
IFDM Educação 2016	-0,062	0,436	0,124	0,347	0,476	0,557
Densidade demográfica (habitantes porkm2),	-0,067	0,847	-0,196	0,163	-0,073	0,792
População ocupada % (2020)	-0,074	0,77	0,361	-0,039	0,181	0,763
Abastecimento de água (unid.) 2017	0,067	0,909	0,006	0,025	-0,009	0,832
Incidência de pobreza (2003)	-0,113	0,028	0,137	-0,768	0,302	0,714
Índice de Gini (2003)	0,442	0,564	0,112	-0,014	0,046	0,529

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Fator 1 é composto por quatro variáveis e detém 23,67% de variância, é constituído pelas variáveis: V3 - Não usou agrotóxico; V5 - Não fez adubação; V6 - Fez financiamento; V7 - Não fez financiamento. O nome dado para esse fator foi Financiamento e Tecnologia. O que se pode deduzir é que o nível tecnológico não se diferenciou de quem

fez financiamento de quem não fez financiamento. Talvez esse resultado pode ser explicado pelo fato de 85% dos estabelecimentos agrícolas do Maranhão serem de agricultores familiares e de que estes, em geral, não fazem financiamento, fazem pouca ou não fazem adubação e usam pouco ou não usam agrotóxico. Mas, se considerarmos as microrregiões localizadas nas regiões produtoras de soja, milho, cana de açúcar e algodão, essa realidade muda, tenho o inverso dessa realidade, maior uso de financiamento, adubação e agrotóxico, fato comprovado por Martins (2020) ao analisar o Censo 2016 e 2017 quando analisa essas variáveis para o Maranhão. Essas variáveis são as que melhor expressam características produtivas das regiões Sul e Oeste do Estado, com os seguintes municípios; Balsas, Tasso Fragoso, Açailândia, Alto Parnaíba e Sambaíba. Segundo os trabalhos de Magalhães e Miranda (2014); Buainain, Garcia e Vieira Filho (2018), culturas agrícolas como a soja e o milho cultivados na região do Matopiba, tem proporcionado um constante aumento de produtividade.

Em consonância com os dados divulgados no Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012), o crédito ao agronegócio representou mais de 80% dos financiamentos executados no ano de 2012. Em contrapartida, a agricultura familiar, a qual fornece mais de dois terços dos alimentos consumidos no Brasil, recebeu menos de 20% destes empréstimos (OLIVEIRA, 2007). Portanto para Oliveira (2007) e Vilas Boas (2016), a reforma agrária pode ser útil aos interesses da burguesia. Mesmo com sua efetivação, o agricultor familiar prossegue refém dos insumos agrícolas industriais. Para elevar a produtividade de sua lavoura, ele recorre a fertilizantes, agrotóxicos, maquinários, entre outros elementos advindos de indústrias, sobretudo transnacionais e multinacionais, hegemônicas nos setores de biotecnologia, química agrícola, entre outros.

O fator 2, formado por quatro variáveis: V11 - Densidade demográfica; V12 - População ocupada (%); V13 - Abastecimento de água; V15 - Índice de Gini Terra e é responsável por 19,55% da variância, recebeu o nome de Demografia e Abastecimento de Água. No Estado existem municípios mais densamente populosos e outros não, mas quando relacionamos essa variável com a da população ocupada o que vai ser determinante é a oferta ou não de empregos na região, pois temos regiões pouco populosa que tem uma agroindústria, por exemplo, então o percentual da população empregada é grande, por outro lado, outra região densamente populosa e sem opção de emprego, o percentual da população empregada é muito baixa. Quanto ao abastecimento de água, apenas 52,7% dos maranhenses possuem atendimento total a água (SNIS, 2017). Se Vê uma relação direta entre as variáveis: quanto mais a população aumenta, mais necessidade de água terá, mais o poder público necessitará

oferecer, fato que não acompanha a necessidade da população, por isso, um percentual baixo de pessoas atendidas por um serviço de qualidade e restrito às microrregiões de maior desenvolvimento urbano. Também, o abastecimento de água indica índices de qualidade de vida das pessoas, onde apresentou que a população urbana possui maior qualidade de moradia, maior povoamento, melhores condições com esgotamento sanitário com tratamento. Assim, Resende, Ferreira e Fernandes (2018) afirmam que o saneamento em áreas rurais ocorre de forma menos acelerada por conta da baixa concentração de pessoas em uma mesma área, em relação ao ambiente urbano.

O fator 3, composto por três variáveis: V2 - Produtor individual; V5 - Fez adubação e V8 – Tratores, nomeado de Produtor individual e tecnologia, apresentou 14,29% de variância. O produtor individual é uma característica básica do produtor do Estado, poucos representam corporações e cooperativas. O uso de tratores e adubação é uma realidade crescente no Estado comprovado no Censo 2006 e 2017 por Martins (2020) e, principalmente, nas mesorregiões Sul e Oeste Maranhense com as produções de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Quando analisado o fator 4, observa-se que este engloba duas variáveis, sendo elas: V9 - IFDM Saúde e V14 - Incidência de pobreza, sendo responsável por 8,77% da variância. A nomenclatura dada a esse Fator foi de Saúde versus incidência de pobreza. Percebe-se que essas duas variáveis são antagônicas, quanto menor a incidência de pobreza, melhores as condições de saúde da população. Quanto mais carente economicamente um município, menores condições de oferecer assistência à saúde esse município terá.

Por fim, temos o fator 5 assente nas duas variáveis V1 - área dos estabelecimentos e V10 – IFDM Educação, possui 7,79% de variância e foi denominada de Área dos estabelecimentos e educação. A educação no meio rural é muito precária no Maranhão e não tem uma relação direta com o tamanho do estabelecimento, porém, sabe-se que quanto mais próximo da área urbana o tamanho das propriedades vai diminuindo até mesmo pela própria urbanização da região. Seria importante que o poder público disponibilizasse mais escolas rurais para atingir filhos de produtores rurais para que estes não saíssem para estudar na área urbana, pois muitas vezes ele não quer voltar para o trabalho rural, desfalcando muitas vezes a força de trabalho da família no futuro. Segundo Jesus (2006), apesar do Brasil ser um país formado a partir de uma cultura agrária, os interesses relacionados à educação estavam focados nas classes médias emergentes, relegando a população rural a uma situação de abandono; nunca foi interesse dos senhores de engenho e dos grandes latifundiários que seus escravos, ou trabalhadores rurais, tivessem um melhor nível de escolaridade.

Por outro lado, os municípios onde se localizam campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) que disponibilizam cursos do ensino médio na área da agropecuária, criando condições de desenvolvimento tecnológico ao homem do campo, garantindo profissionais capacitados que desenvolvam a realidade social e econômica da região, nas suas capacidades produtivas educacionais. São realidades que o Estado já vivencia em alguns municípios, falta criar oportunidades de emprego no campo com agroindústrias rurais, facilitar o financiamento e capacitação em empreendedorismo rural para os jovens experimentarem seus próprios negócios.

Comparando os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, verifica-se um avanço do número de Tratores, implementos e máquinas existentes nos estabelecimentos, de Semeadeiras/plantadeiras, de Colheitadeiras, Adubadeiras e/ou distribuidores de calcário, pois quanto maior a área de produção, maior a necessidade de utilizar a mecanização, visto como progresso ao longo dos anos. Também, mais estabelecimentos fizeram algum preparo de solo, adubação química, agrotóxicos, o que comprova o crescimento no uso desses produtos no Estado com as culturas de maior valor de mercado, voltadas ao setor industrial e para exportação.

Conforme se observa na Tabela 4, o tamanho dos estabelecimentos agropecuários aumentou entre 1980 e 1985, atingindo seu auge nesse ano e, a partir daí, começou a reduzir de tamanho, exceto os de 10 a menos de 100 ha e os de 10.000 ha a mais que cresceram de tamanho até o Censo de 2017. Calculando a taxa de crescimento entre os anos de 1985 e 2017, verifica-se que as áreas menores de 10 ha reduziram 73,1%, a maior taxa, o que afeta diretamente a agricultura familiar, pois mesmo que a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 permita que a área da agricultura familiar chegue até quatro módulos fiscais (no Maranhão até 300 ha), em geral, vivem em áreas de até 1ha. Segundo Lessa (2012), essa permanência é comum nas estruturas fundiárias de países coloniais; a lentidão das transformações capitalistas determina que a distribuição dos percentuais de área ocupada entre os estratos tenda a permanecer durante várias décadas e, por outro lado, que as novas terras reproduzam o modelo vigente nas mais antigas.

Outras áreas que apresentaram redução foram as de 100 a menor 1.000 ha (-21,5%) e 1.000 a menor 10.000 ha (-32,3%). A taxa de crescimento foram positivas para as áreas com tamanhos de 10 a menor 100 ha (10,1%) e 10.000 ha a mais 10.000 ha a mais (18,4%), esta última impulsionada pelas culturas da soja, cana-de açúcar e algodão. Apesar de esses dados revelarem aspectos importantes, são necessários outros números e correlações para

identificarmos de modo suficiente o grau de concentração fundiária desse modelo e sua dinâmica (LESSA, 2012).

Tabela 4 - Grupo de área total dos estabelecimentos do estado do Maranhão – Censo 1980, 1985, 1995/96 e 2017.

Tamanho da área	Ano				Taxa de crescimento de 1985 a 2017 (%)
	1980	1985	1995/96	2017	
Menor que 10 ha	421.098	445.064	272.100	119.542	-73,1
10 a menor 100 ha	49.079	57.205	59.360	63.000	10,1
100 a menor 1.000 ha	21.571	23.068	20.796	18.111	-21,5
1.000 a menor 10.000 ha	2.200	2.266	1.627	1.533	-32,3
10.000 ha a mais	88	76	54	90	18,4

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota: Não foi encontrado dados para o Censo 2006.

A Tabela 5 mostra o número de estabelecimento e a área total dos estabelecimentos no Maranhão nos Censos 1980, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. Percebe-se que ao longo das décadas o número de estabelecimentos e o tamanho das áreas foram caindo. Se cruzamos informação da Tabela 4 e da Tabela 5, podemos até dizer que está havendo no Estado uma concentração de estabelecimentos de 10.000 ha a mais e de 10 a menor 100 ha. A realidade descrita no Censo Agropecuário 2017 corrobora com a descrição feita por Sodré (2017) da distribuição de terras no Maranhão ao longo da história: concentradora, desigual e injusta. Para Lessa (2012), ao considerar essas dimensões possibilita o entendimento da relação dos estratos de área com a dinâmica demográfica, a distribuição da população, a estrutura da ocupação rural, o tipo de relações de produção e os fenômenos do minifúndio e do latifúndio.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos e área total dos estabelecimentos agrícolas no Maranhão - Censo 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.

Ano	Estabelecimento	Área Total
1980	496.758	15.134.237
1985	531.413	15.548.269
1995/1996	368.191	12.560.692
2006	287.037	12.991.448
2017	219.765	12.238.489

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com Reclus (1985), para justificarem a propriedade sobre amplas extensões de terra, os latifundiários utilizam a hereditariedade e as especulações em suas explicações. O autor expôs que a propriedade fundiária de grandes proporções destrói as terras ao seu redor.

Com a redução dos estabelecimentos de "menor que 10 ha" (-73,1%), os efeitos não se refletem só no campo na agricultura familiar, mas também, nos centros urbanos. Essa redução provoca o êxodo rural, pois o homem do campo fica sem a terra para trabalhar e vai para os centros urbanos aumentando o inchaço das periferias e aumentando os problemas socioeconômicos sem qualificação, sem emprego, sem infraestrutura, sem condições de moradia, vivendo de "bicos". No campo, com a indisponibilidade da terra ocorre a redução da produção de produtos como arroz, feijão, mandioca ("farinha") e milho para o consumo interno, encarecendo o preço final desses produtos para o consumidor.

Nesta perspectiva, Piketty (2014) declara que há séculos, a disparidade existente na questão fundiária provoca conflitos, os quais ocorrem porque, enquanto os proprietários de terras recolhem os lucros obtidos no solo para si, os camponeses continuam tendo seu trabalho explorado no cultivo de áreas, das quais não detêm a posse.

6 CONCLUSÃO

O Censo de 2017 mostrou que no Maranhão houve a redução no número de estabelecimentos agropecuários e que aumentou o número de estabelecimentos de tamanho de 10.000 a mais hectares e reduziu em mais de 70% os estabelecimentos de menos de 10 hectares, afetando consideravelmente a agricultura familiar do Estado. Este fato é muito grave para um Estado pobre como o Maranhão, o qual a base da agricultura é familiar, sem assistência técnica, analfabeta e sem capacitação para outro trabalho. Quando expulsa do campo, essa população vai para as periferias das sedes dos municípios, também pobres, na sua maioria, e reproduzem a pobreza em que muitos já vivem.

A maioria dos pequenos produtores não receberam quaisquer tipo de empréstimo oriundo dos programas de incentivo a produção no campo custeados pelo Estado, podendo ser justificado pela falta de conhecimento ou pela desconfiança no processo. Sendo assim, os grandes proprietários fundiários possuem maiores recursos financeiros e tecnológicos em suas lavouras.

Assim, a estrutura fundiária não é um problema do campo, mas um problema de Estado, pois afeta as condições das áreas rurais e das áreas urbanas à medida que os conflitos agrários e a expulsão do homem do campo para a cidade encontram nas periferias das cidades a pobreza já estabelecida, a falta de emprego, a violência e a falta de infraestrutura de moradia agravando ainda mais os problemas sociais do país.

REFERÊNCIAS

AMARAL NETO, Roberval. **A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: a “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa.** Entropia, v. 5, n. 9, p. 147-164, janeiro/junho. 2021.

AMARAL NETO, Roberval. **Lei Sarney de terras: conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão contemporâneo.** Rio Branco: Nepan, 2019.

AZEVEDO, M. P. **Os ciclos econômicos do Maranhão: do algodão ao minero-metalúrgico.** 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) –Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

BRASIL. Casa Civil. Ler nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estrutura Fundiária 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/estutura-fundiaria>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** Agosto de 2003.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, Jose Eustaquio. A economia agropecuária do Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401, jun./set., 2018.

CARTER, M. **Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil.** In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706).** Belém: Editora Açaí, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. La Cuestión Agraria en Brasil. **Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos**, p. 1-35, 2007.

DELGADO, G. C. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil.** In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 157-172, 2001.

DINIZ, Fabiana Araujo. Novos investimentos no Maranhão: um cenário desenvolvimentista? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 13, p. 89-108, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no Governo Lula: a esperança.** 2003. 2016.

GASPAR, L. **Ligas Camponesas.** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 1, 2004.

HAIR Jr, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Brookman, 2009.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Maranhão. 2017**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 04 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo fiscal**. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

JESUS, V. C. P. (2006). **Educação do Campo: Demanda dos Trabalhadores**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, 2006.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006.

LESSA, Golbery. **A Estrutura Fundiária de Alagoas na segunda metade do século XX**. 2012.

MAGALHÃES, Lucíola Alves; MIRANDA, Evaristo Eduardo. 2014. NT n. 5: “**Matopiba: caracterização do quadro natural**”. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/gite/projetos/matopiba/index.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARQUES, Carla R. **Direito Agrário Brasileiro**, 12ª edição. Grupo GEN, 2016.

MARTINS Juliane Carneiro. **Análise da produção agropecuária no estado do Maranhão entre os anos de 1974 a 2017**. 2020. 79 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2020.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**, 1997.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2012.

MATTEI, L. **Pobreza rural: um fenômeno histórico relacionado à estrutura agrária**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomenohistorico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. Questão Agrária Brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária/ /Brazilian agrarian question: a proposal of representation of the land structure. **Revista Nera**, n. 43, p. 29-53, 2018.

MIRALHA, W. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. [S. l.], n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>. Acesso em: 11 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. B; NASCIMENTO, D. M. Redes e mobilidade do capital na cadeia produtiva de papel e celulose no Maranhão. **Geographia Opportuno Tempore**. Londrina, v. 5, n. 1, p. 52-66, 2019.

OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PEREIRA, Caroline Nascimento. **Estrutura agrária no Matopiba: apontamentos a partir do censo agropecuário de 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): boletim

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade**. 2020. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos avançados**, v. 15, p. 141-156, 2001.

RECLUS, E. “**A Origem da Família, do Estado e da Propriedade**”. In: Élisée Reclus (Org. ANDRADE, M. C.). São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 61-108.

RESENDE, Raquel Germiniani.; FERREIRA, Sindynara; FERNANDES, Luiz Flávio. O saneamento rural no contexto brasileiro. **Revista Agrogeoambiental**, v. 10, n. 1, p. 131-149, 2018.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Produção acadêmica**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

RODRIGUES, Vanderson Viana; TERRA, Ademir. Conflitos socioespaciais entre os

agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas Maranhão. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8, 2017, Curitiba. **Anais** Curitiba: SINGA, 2017.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SAMPAIO, P. de A. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ª. **São Paulo: EDUSP**, 2009.

SILVA, José Jonas Borges da. MIGRANTES DA TERRA: a migração em áreas de reforma agrária no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, p. 253-259, 2016.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2017**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>. Acesso em: 5 ago. 2022.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA. **Revista Nera**, n. 17, p. 131-149, 2012.

SORJ, Bernardo. Estado e classes na agricultura brasileira. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, 1986.

SOUZA, Reginaldo Farias de; KHAN, Ahmad Saeed. Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 1, p. 75-98, 2019.

STÉDILE, João Pedro; MENDONÇA, Sonia Regina de. Questão agrária no Brasil v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990. In: **Questão agrária no Brasil v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990**. 2006. p. 200-200.

STEDILE, João Pedro. O debate tradicional: 1500-1960. **São Paulo: Expressão Popular**, 2011.

VERGÉS, Armando Bartra. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. **São Paulo: Cultura Acadêmica**, 2011.

VILAS BOAS, L. G. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. 233 f.